

Estudantes com deficiência na pós-graduação: perfil e trajetória acadêmica em uma instituição pública de ensino superior

Students with disabilities in postgraduate courses: profile and academic trajectory at a public higher education institution

Adriana Maria Valladão Novais Van Petten
Thais Maria de Melo Mendanha Tehabilar
Terezinha Cristina da Costa Rocha
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte, Brasil

Resumo

Neste artigo analisamos os processos de democratização do acesso e permanência na pós-graduação para estudantes com deficiência, considerando a implementação das recentes políticas de ações afirmativas. Algumas questões que guiaram o estudo foram: qual é o perfil dos estudantes com deficiência que têm ingressado na pós-graduação? Como tem sido a trajetória desses alunos em termos de permanência e de conclusão de seus cursos? Orientadas por essas questões, realizamos um estudo que teve como base a análise documental, no qual examinamos os dados dos pós-graduandos com deficiência na UFMG. Os dados analisados incluem o exame da oferta e da reserva de vagas, o ingresso, o perfil dos estudantes e, ainda, a trajetória acadêmica dos pós-graduandos com deficiência.

Palavras-chave: Pós-graduação; Estudantes com Deficiência; Trajetória Acadêmica

Abstract

In this article we analyze the processes of democratization of access and permanence in postgraduate courses for students with disabilities, considering the implementation of recent affirmative action policies. Some questions that guided the study were: what is the profile of students with disabilities who has enrolled in postgraduate courses? How has the trajectory of these students been in terms of permanence and completion of their courses? Guided by these questions, we carried out a study based on document analysis, in which we examined data from postgraduate students with disabilities at UFMG. The data analyzed includes the examination of the vacancies offered in courses, the reservation of vacancies, the admission, the profile of students, and also the academic trajectory of postgraduate students with disabilities.

Key words: Postgraduate studies; Students with Disabilities; Academic Trajectory

1. Introdução

Neste artigo apresentamos um estudo situado no campo dos processos de democratização do acesso aos níveis mais avançados de estudos para estudantes com deficiência, focalizando, particularmente, na participação desses alunos na pós-graduação¹. O intuito foi compreender o perfil dos estudantes com deficiência que tem acessado a pós-graduação e a trajetória desses alunos em termos de permanência e de conclusão de seus cursos.

Desde a oficialização da pós-graduação no Brasil em 1965, por meio do Parecer Sucupira, nº 977/65, do Conselho Federal de Educação (CEF), a pós-graduação passou por inúmeras transformações em termos de organização, regulamentação, autonomia, formas de financiamento, duração dos cursos, exigências de produção do corpo docente, entre outros aspectos (CURY, 2020; SILVEIRA, 2020). Dentre as diversas mudanças, mais recentemente tem sido discutida e implementada a ampliação do acesso para grupos minoritários que historicamente não alcançaram esse nível de ensino e, dentre eles, os estudantes com deficiência.

O ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro, em números mais expressivos, vem ocorrendo em um contexto bastante recente, sobretudo na graduação. Essa expansão conta com a contribuição das políticas nacionais de expansão do acesso ao ensino superior nas duas primeiras décadas dos anos 2000 e das políticas de cotas para pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino a partir de 2016 (PETTEN; ROCHA; BORGES, 2018; BRASIL, 2016-a). No que diz respeito à pós-graduação, as políticas de acesso para os estudantes com deficiência ainda são recentes. No ano de 2016 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), publicou a Portaria nº 13/2016, que dispõe sobre ações afirmativas na pós-graduação. Essa portaria orienta às instituições federais de ensino superior, considerando a autonomia universitária, a apresentarem propostas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação.

As propostas elaboradas pelas instituições, de acordo com o que orienta a referida Portaria da CAPES, devem incluir a criação de Políticas de Ações Afirmativas, bem como de comissões próprias com a finalidade de dar continuidade ao processo de discussão e de aperfeiçoamento dessas ações (CAPES, 2016). Desde então, as instituições de ensino

superior do país, resguardadas as suas especificidades, vem adotando políticas e ações para a inclusão dos alunos com deficiência nos seus cursos de pós-graduação *stricto sensu*, incluindo medidas para o acesso e a permanência na universidade.

Considerando esse contexto, que ainda é muito pouco pesquisado, elaboramos as seguintes perguntas que guiaram a realização do nosso estudo: (a) qual é o perfil dos estudantes com deficiência que têm ingressado na pós-graduação? (b) Como tem sido a trajetória desses alunos em termos de permanência e de conclusão de seus cursos?

Esses questionamentos foram elaborados sobretudo considerando aspectos como: tipo de deficiência; forma de ingresso; retenção; evasão; trancamento; afastamentos; reopção de curso; exclusão; tempo de integralização; prazos de defesa de dissertação e tese. Consideramos relevante analisarmos esses indicadores ao ponderarmos que muitos deles são utilizados como critérios para a avaliação dos programas de pós-graduação e, assim, acabam por orientar as ações internas das instituições e as expectativas em relação à trajetória dos estudantes. Além disso, esses dados podem indicar possíveis gargalos e pontos sensíveis em termos de apoio para a permanência desses alunos.

Tendo em vista essas questões, foi realizado um estudo na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no período de 2018 a 2020. A pesquisa foi realizada por meio da análise documental, com o exame de dados obtidos de duas fontes: dados dos editais suplementares (de cotas) disponibilizados por cada um dos diferentes programas de pós-graduação da instituição; e dados relativos ao perfil e trajetória dos estudantes nos programas de pós-graduação, catalogados no departamento de registro acadêmico da instituição.

2. Avanços e desafios nos processos de democratização do acesso à pós-graduação para estudantes com deficiência

A pós-graduação no Brasil tem contribuído fortemente para o desenvolvimento de pesquisas, de produtos tecnológicos e do aprofundamento dos debates científicos e filosóficos. Por meio de pesquisas desenvolvidas na pós-graduação, as universidades brasileiras têm estreitado parcerias com instituições internacionais e se debruçado sobre as mais diversas temáticas sociais do nosso país e do contexto global.

Um dos registros, que precederam o surgimento da pós-graduação no Brasil, foi o Decreto nº 19.851 de 1931, que estabelecia o Estatuto das Universidades Brasileiras. Nesse

Estudantes com deficiência na pós-graduação: perfil e trajetória acadêmica em uma instituição pública de ensino superior

documento, era prevista a realização de ‘pesquisas originais’ e, também, a concessão do título de doutor para os que concluíssem os cursos normais e que defendessem uma tese autoralⁱⁱ. Posteriormente, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada em 1933 e que foi incorporada à Universidade de São Paulo (USP) como instituição complementar autônoma em 1939, criou em 1941 a Divisão de Estudos Pós-graduados, que abrigou o primeiro Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Brasil (SAVIANI, 2010). A menção a cursos de pós-graduação foi feita, também, em 1946, no Estatuto da Universidade do Brasil - atual Universidade Federal do Rio de Janeiro -, e em 1961 na Lei que criou a Universidade de Brasília (CURY, 2005). Contudo, a oficialização do surgimento da pós-graduação no país se deu somente após a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, que previa a oferta desses cursos em seu Art. 69. Assim, a LDB/1961 foi o instrumento motivador da publicação do Parecer Sucupira, nº 977/65, do CEF que institucionalizou, em âmbito nacional, os estudos pós-graduados no Brasil (CURY, 2020; SAVIANI, 2010, 2020).

Desde esse marco legal, os programas de pós-graduação cresceram em números e em diversificação de áreas do conhecimento. O crescimento da oferta da pós-graduação em nosso país se articula com a expansão do ensino superior como um todo, que, por sua vez, continua sendo apontado como um grande contributo para a mobilidade social ascendente (HERINGER, 2018; BAKER, 2014).

O ingresso dos estudantes com deficiência no ensino superior no Brasil caminhou junto com a expansão desse nível de ensino no país, sobretudo nas duas primeiras décadas dos anos 2000. A implementação de políticas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como o financiamento e a concessão governamental de bolsas de estudos na iniciativa privada (BRASIL, 2005; 2007; 2015) foram fundamentais neste processo. Além disso, especialmente para os estudantes com deficiência, outras ações também foram extremamente importantes para o acesso a esses espaços. Dentre elas destaca-se a ampliação da política de cotas no ensino superior, Lei nº12.711 de 2012, que foi ampliada em 2016, por meio da Lei nº13.409, e passou a incluir pessoas com deficiênciaⁱⁱⁱ.

Dados do último Censo da Educação Superior mostraram que 8.604.526 estudantes realizaram matrícula em cursos superiores no Brasil, o que representou um crescimento de

430.6% em relação a 2004, que foi o ano anterior às primeiras políticas e ações de expansão e de democratização. Com relação aos estudantes com deficiência, o número de matrículas aumentou de 5.395 para 48.520 no mesmo período, o que representa um crescimento de 799.3% (INEP, 2019), indicando um potencial de ascensão à pós graduação por esse público.

Já em relação à pós-graduação, esses dados ainda são pouco conhecidos. O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) é formado por 4.344 Programas de Pós-Graduação, de 458 Instituições de Ensino Superior. Nesse conjunto, no ano de 2019, havia o registro de matrícula de 130.471 estudantes no mestrado acadêmico, 118.122 estudantes no doutorado acadêmico, 43.825 estudantes no mestrado profissional e 348 estudantes no doutorado profissional (GEOCAPES, 2021). Contudo, o SNPG ainda não mostra com clareza quantos desses estudantes possuem algum tipo de deficiência.

Com o objetivo de acompanhar esses dados, entre outras iniciativas, foi publicada pela CAPES Portaria nº 13 de em 11 de maio de 2016. O documento dispõe sobre ações afirmativas, como forma de reparar a exclusão histórica sofrida por grupos minoritários da população, como as pessoas com deficiência, e indica que a CAPES deverá coordenar a elaboração periódica do censo discente da pós-graduação brasileira. Sendo assim, o Módulo de Coleta de Dados da Plataforma Sucupira, da CAPES, desde 2017 passou a incluir, dentre as questões a serem preenchidas pelos coordenadores dos programas de pós-graduação, dados sobre o perfil discente, com campos sobre raça/cor e sobre alunos com deficiência. Entretanto, após 5 anos desde a publicação da Portaria que indica a necessidade dessas questões nesse censo, esses dados ainda não foram localizados de forma pública na plataforma.

Paralelamente a esse contexto, a promoção da acessibilidade e inclusão para os estudantes com deficiência vem sendo demandada das instituições de ensino superior. A Portaria nº 3.284, de 2003, definiu os requisitos de acessibilidade necessários para as pessoas com deficiência, tornando-os exigência para os processos de autorização, de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de ensino superior. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), instituída em 2008, reforça a importância de se constituir políticas institucionais para o acesso e acessibilidade para todos os estudantes, fundamentadas na concepção de direitos humanos e que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, avançando em

relação à ideia de equidade (BRASIL, 2008). Essa política indicou a necessidade de ações para a promoção de contextos inclusivos nas universidades brasileiras, envolvendo o planejamento e a organização de recursos e serviços a fim de promover a acessibilidade nas suas diferentes dimensões. Segundo Lima e Cabral (2020), esses movimentos trazem um desafio para a comunidade acadêmica que envolve o diálogo sobre possíveis caminhos para se concretizar a gestão democrática e o processo de inclusão no âmbito institucional.

Desse modo, além da necessidade de se conhecer os dados das matrículas dos estudantes com deficiência na pós-graduação, para que sejam pensadas políticas de apoio, consideramos importante também o registro de informações sobre o perfil e a trajetórias desses estudantes. O ingresso desse público em cursos *stricto sensu* pressupõe, conforme dispõe a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015b), que a acessibilidade seja assegurada, segundo as características individuais e as especificidades de aprendizagem de cada um. Esses aspectos demandam da instituição a organização de políticas e práticas internas, de modo a apoiar a permanência dos alunos com deficiência. E, conseqüentemente, é essencial a participação de diferentes atores - professores, alunos, gestores, técnicos administrativos - na construção de propostas democráticas, oportunizando o sucesso e a participação dos alunos com deficiência nas diversas atividades oferecidas no âmbito da pós-graduação. Assim, ao conhecer esses estudantes é possível se pensar em ações e políticas mais estruturadas e dirigidas às especificidades desse público, potencializando as oportunidades de sucesso nesse nível de ensino.

3. Escolhas metodológicas para o desenvolvimento do estudo

Para a condução deste estudo, realizamos a análise do perfil e o acompanhamento da trajetória dos estudantes com deficiência matriculados nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que ingressaram na UFMG a partir do ano de 2018. As análises foram realizadas a partir de dados disponíveis no sistema acadêmico da instituição. Este estudo faz parte de um estudo mais amplo, denominado “Perfil dos alunos com deficiência ingressantes nos cursos de graduação e pós-graduação em uma instituição de ensino superior e sua trajetória acadêmica: uma análise de dados secundários”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), Parecer nº 4.329.462, CAAE nº 35465120.8.0000.5149.

O banco de dados foi composto por registros de todos os alunos matriculados nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da instituição que indicaram ter algum tipo de

deficiência no momento da matrícula acadêmica, incluindo ingressantes por ampla concorrência e por reserva de vagas - via os chamados editais suplementares - a partir de 2018. Os dados referentes ao perfil e à trajetória acadêmica dos alunos matriculados na instituição, no período de 2018/1 a 2020/1, foram disponibilizados pelo departamento responsável pelo registro acadêmico da universidade e o seu uso foi autorizado pela administração central da instituição. Além disso, foram coletadas informações sobre o número de vagas disponibilizadas para ingresso de alunos com deficiência pelos programas de pós-graduação (PPG's) da Instituição, a partir do levantamento, via site, de todos os editais suplementares publicados pelos programas no período em questão.

Para caracterização do perfil dos alunos com deficiência matriculados na pós-graduação, foram analisadas as seguintes variáveis: áreas do conhecimento de ingresso, idade, cor/raça, gênero, estado civil, nacionalidade, local de residência e o vínculo profissional declarado. Quanto à trajetória acadêmica desses alunos na instituição, buscamos identificar as diferentes ocorrências nesse percurso que pudessem indicar possíveis barreiras, a partir de informações como retenção, evasão, trancamento, reopção de curso, exclusão e tempo de integralização.

Os dados foram tabulados e realizada a análise descritiva, a frequência e as medidas de tendência central, do conjunto das variáveis coletadas, para testar a diferença entre duas médias variáveis divididas em categorias utilizou-se o teste *t Student*, levando em consideração um nível de significância de 5% ($p < 0,005$). Para isso, foi utilizado o pacote estatístico SPSS versão 19.0 - *Statistical Package for Social Sciences*.

4. Resultados e discussão

Os resultados deste estudo, conforme explicitado anteriormente, possuem como marco temporal o ano de 2018, em função do início da oferta de vagas suplementares para pessoas com deficiência na UFMG, em resposta à Portaria nº 13 de 2016 da CAPES. Em nossos processos analíticos, apresentados nesta seção, categorizamos e examinamos os dados dos pós-graduandos com deficiência a partir de: a oferta de vagas pela instituição e o ingresso; o perfil dos estudantes; e, por fim, a trajetória desses alunos.

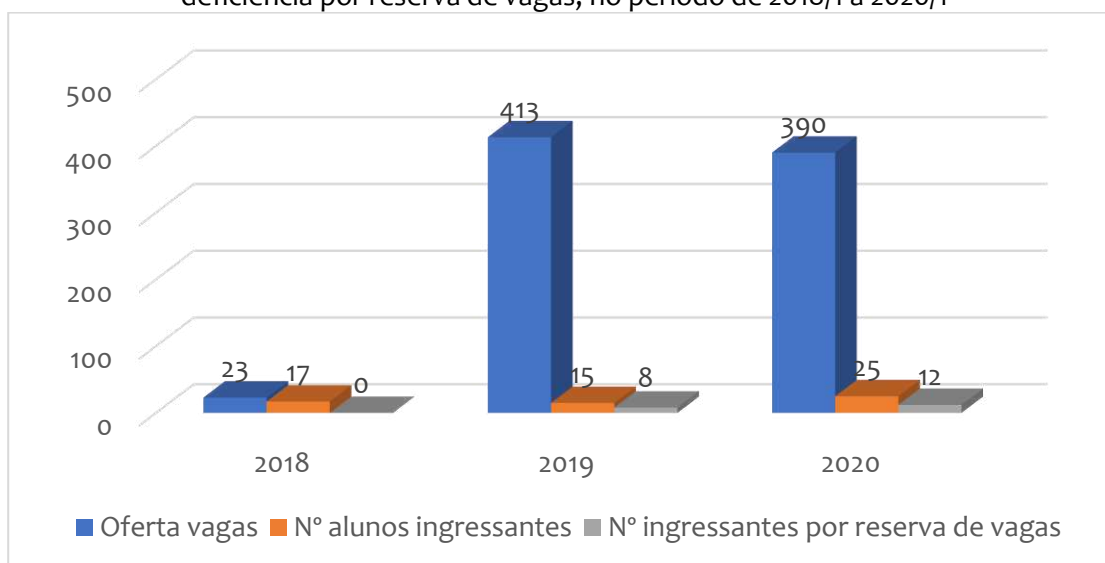
4.1. Vagas ofertadas e ingresso de estudantes com deficiência na pós-graduação

No período analisado foram ofertadas 826 vagas para alunos com deficiência via edital suplementar, sendo a maior parte delas disponibilizadas a partir do ano de 2019. O

Estudantes com deficiência na pós-graduação: perfil e trajetória acadêmica em uma instituição pública de ensino superior

gráfico 1 apresenta o número de vagas ofertadas nos editais suplementares para o público com deficiência e o número de alunos ingressantes por modalidade de vaga nos três anos em análise. Identificamos que no ano de 2018 não houve ingresso de alunos com deficiência por meio de edital suplementar. E, do total de vagas oferecidas em 2019 e 2020, respectivamente, apenas 1,93% e 3,1% das vagas oferecidas para este público foram preenchidas.

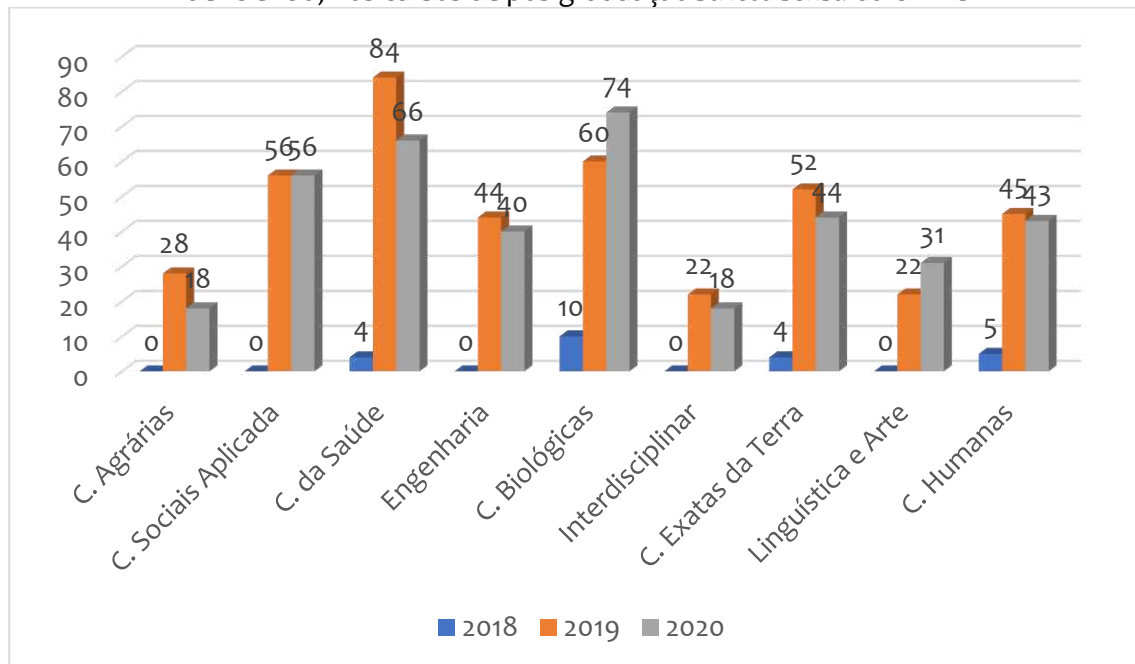
Gráfico 1 – Número de vagas para pessoas com deficiência por edital suplementar, ingressantes com deficiência por reserva de vagas, no período de 2018/1 a 2020/1



Fonte: elaborado pelas autoras com base nos dados fornecidos pela Instituição, 2021.

Assim, ingressaram nesse período 57 alunos, distribuídos em 32 PPG's da UFMG, sendo que apenas 20 (35,1%) fizeram uso de edital suplementar para ingresso (11 com deficiência física, 6 com deficiência visual, 2 com deficiência auditiva e 1 com Transtorno do Espectro Autista).

Quanto ao número de vagas ofertadas por área do conhecimento, em 2018, apenas as áreas de Ciências Biológicas (10), Ciências Humanas (5), Ciências da Saúde (4) e Ciências Exatas e da Terra (4) ofertaram vagas para pessoa com deficiência via edital suplementar. O gráfico 2 apresenta a distribuição das vagas ofertadas via edital suplementar, por área de conhecimento, no período de 2018 a 2020/1:

Gráfico 2: Número de vagas ofertadas por ano e por área de conhecimento, para pessoas com deficiência, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFMG

Fonte: elaborado pelas autoras com base nos dados fornecidos pela Instituição, 2021.

Os resultados deste estudo indicaram um número significativo de vagas ofertadas para pessoas com deficiência na pós-graduação *stricto sensu* na instituição, porém com um número ainda pouco expressivo de matrículas desse público, sendo que a maioria não fez uso da modalidade de reserva de vagas para ingresso (edital suplementar). O elevado número de vagas oferecido para esses candidatos no período de 2018/1 a 2020/1, está em consonância com a política de ações afirmativas proposta pela CAPES em 2016. Contudo, o baixo número de ingressantes talvez possa ser explicado com o que Petten, Rocha e Borges analisaram como parte de um “gargalo” para o acesso desse público, que é notado também na graduação:

O não preenchimento do total de vagas ofertadas para os alunos com deficiência pode ser um dos indicativos dos grandes desafios na implementação da Lei de Cotas, no que diz respeito a possibilitar e ampliar o acesso dessas pessoas no ensino superior. Aspectos como o afunilamento entre o ensino básico e o ensino superior, a possível desistência da vaga e a não comprovação da condição da deficiência devem ser considerados para a compreensão dessa situação (PETTEN; ROCHA; BORGES, 2018 p. 132).

Conforme observado pelas autoras, o reduzido número de estudantes com deficiência na pós-graduação pode estar relacionado ao número ainda baixo de pessoas com deficiência que tiveram acesso ou concluíram a graduação. Embora os dados do INEP (2019) apontem para o crescimento gradativo das matrículas desse público na graduação

Estudantes com deficiência na pós-graduação: perfil e trajetória acadêmica em uma instituição pública de ensino superior

nas duas últimas décadas, há um grande contingente de alunos com deficiência que apenas ingressou no ensino superior a partir de 2016, após a publicação da Lei nº 13.409, que alterou a Lei de Cotas e instituiu a reserva de vagas para esse público nos cursos de graduação e cursos técnicos de nível médio das instituições federais de ensino.

Nesse sentido, como o período de análise deste estudo tem como marco inicial o ano de 2018, muito provavelmente não houve tempo hábil para finalização dos cursos de graduação pelos alunos com deficiência para que pudessem se candidatar às vagas da pós-graduação. Ademais, precisamos considerar que a promoção da acessibilidade em todos os processos educacionais, desde a educação básica, é uma importante forma de democratizar o acesso de estudantes com deficiência e, conseqüentemente, minimizar o afunilamento existentes entre os diferentes níveis de ensino (BRANCO e LEITE, 2016; LIMA e CABRAL, 2020).

Os órgãos de deliberação superior da UFMG publicaram a Resolução nº 02/2017, que indicava que todos os programas de pós-graduação deveriam ofertar, no mínimo, 1 vaga por curso oferecido, incluindo mestrado e doutorado. Assim, o número de vagas por curso e por área foi diretamente dependente do número de cursos de mestrado e doutorado oferecidos pela instituição. No entanto, a maior parte dos cursos ofereceu apenas o mínimo indicado na resolução, o que talvez possa indicar certa apreensão em se receber alunos com deficiência nos cursos. Essa possível apreensão pode ter ocorrido considerando que a matrícula de alunos com deficiência nos cursos de pós-graduação implica, minimamente, em se repensar o modo de ensinar e se fazer pesquisa, levando em conta as demandas e especificidades dos alunos, os recursos necessários, dentre outros aspectos de acessibilidade essenciais para o sucesso dos estudantes com deficiência.

Quanto ao uso das ações afirmativas como mecanismo de acesso à pós-graduação, observamos que a modalidade de reserva de vagas, via edital suplementar, não foi privilegiada pelos candidatos com deficiência. Ao contrário, a maioria dos estudantes com deficiência ingressaram nos cursos de pós-graduação por meio das vagas de ampla concorrência. Conforme analisam Branco e Leite (2016), a recente participação de pessoas com deficiência na pós-graduação e a falta de informações relacionadas aos possíveis ajustes para atender esses alunos, nos editais de seleção de ingresso e ao longo do percurso acadêmico, pode estar relacionada a essa questão. Assim, apesar da existência de vagas

específicas para esse público, o pouco acesso à informação pode direcionar os alunos com deficiência para as vagas de ampla concorrência, muitas vezes reduzindo as chances de acesso.

4.2. Perfil dos estudantes ingressantes

Quanto ao perfil dos ingressantes, a tabela 1 apresenta a caracterização dos alunos com deficiência que ingressaram nos PPG's no período analisado.

Tabela 1 - Perfil dos alunos com deficiência que ingressaram nos cursos de pós-graduação stricto sensu da UFMG

Características	média(±dp)
Idade*	
F	34,5 (± 8,02)
M	35,2 (± 6,76)
Características	n (%)
Sexo	
Feminino	32(56,1)
Masculino	25(43,9)
Cor/Raça	
Amarela	1(1,8)
Branca	28(49,1)
Não declarada	3(5,3)
Parda	15(26,3)
Preta	10(17,5)
Local de Moradia	
Minas Gerais	54(94,7)
Estado civil	
Casado	18(31,6)
Divorciado	2(3,5)
Não declarado	1(1,8)
Solteiro	36(63,2)
Nível	
Mestrado	41(71,9)
Doutorado	16(28,1)
Modalidade de vaga	
Ampla Concorrência	32(56,1)
Pessoa com deficiência	20(35,1)
Preto/Pardo	5(8,8)
Tipo deficiência	
Auditiva	13(22,8)
Física	29(50,9)
Intelectual	1(1,8)
Múltipla	2(3,5)
Visual	10(17,5)

Estudantes com deficiência na pós-graduação: perfil e trajetória acadêmica em uma instituição pública de ensino superior

Transtorno do Espectro Autista	2(3,5)
Área do conhecimento	
C. Agrárias	3(5,3)
C. Biológicas	6(10,5)
C. Saúde	10(17,5)
C. Humanas	9(15,8)
C. Sociais Aplicadas	16(28,1)
Engenharias	4(7,0)
Linguística, Letras e Artes	8(14,0)
Multidisciplinar	1(1,8)

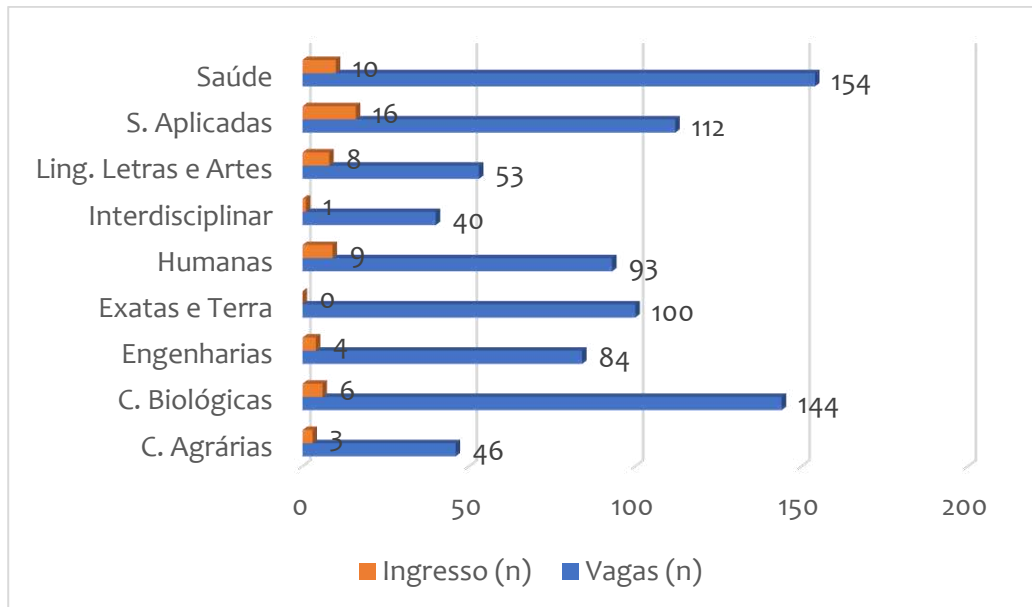
* $p \leq 0,05$

Fonte: elaborado pelas autoras com base nos dados fornecidos pela Instituição, 2021.

Os dados apresentados na tabela 1 nos mostram que os pós-graduandos com deficiência tinham a média de 35 anos de idade, com predominâncias: do sexo feminino (56,1%); de cor/raça branca (49,1%); de estado civil solteiro (63,2%); e de residência no estado de Minas Gerais (94,7%). A observância de que a maioria são mulheres, vai ao encontro dos dados do censo do demográfico (IBGE, 2010) que mostra que existem 5.995.314 mulheres a mais do que homens com deficiência no país. No estudo de Petten, Rocha e Borges (2018), foi observado que houve o ingresso de 10% a mais de homens do que mulheres na graduação em 2018 na UFMG. Dessa forma, pode-se inferir que essa desvantagem foi superada na pós-graduação.

Além dos dados apresentados na tabela 1, destacamos que 19 (33,3%) dos alunos fizeram seus cursos anteriores na mesma universidade e 32 (55,4%) fizeram o curso de graduação em instituições públicas. Identificamos, também, que a maioria desses alunos era oriunda de escola pública. Dos alunos com deficiência matriculados nos PPGs, analisamos que 24,6% não tinham vínculo profissional. Quanto às áreas do conhecimento, o maior número de alunos ingressantes (número absoluto), estavam nas áreas de Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde e Humanas, independente do período de ingresso. Ao analisarmos a proporção de ingressantes em relação ao número de vagas ofertadas, as áreas com maior ingresso, como mostrado no gráfico 3, foram Linguística, Letras e Artes, Sociais Aplicadas e Humanas.

Gráfico 3 - Relação entre vagas reservadas para pessoas com deficiência e vagas ocupadas por esse público, por área de conhecimento, no período de 2018/1 a 2020/1



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados fornecidos pela Instituição, 2021.

Identificamos, além dos dados apresentados no gráfico 3, um intervalo de, aproximadamente, 6 anos entre o término da graduação (mínimo de um e máximo de 28 anos) e o início do mestrado e de 6,5 anos (mínimo de três e máximo de 16) em relação ao doutorado.

4.3 A trajetória dos pós-graduandos com deficiência na instituição

Em nossas análises em relação ao percurso dos estudantes com deficiência, identificamos que, dos 57 alunos ingressantes, 4 (7%) fizeram uso de trancamento parcial de matrícula. Esses trancamentos ocorreram entre o 1º e o 3º semestres, em cursos das áreas de Saúde (2) e Linguística, Letras e Artes (2), sendo 3 deles em cursos de doutorado. Nesse mesmo período, dois alunos, matriculados em cursos das áreas de Engenharia e Exatas e da Terra – desistiram do curso, no mesmo semestre de ingresso. Apenas um aluno de doutorado solicitou mudança de orientador.

No período analisado, considerando o prazo previsto para conclusão dos cursos de pós-graduação, 14 estudantes com deficiência tinham condições de finalizar o mestrado, por terem ingressado em 2018/1 ou em 2018/2. Desse número, 7 (50%) alunos de mestrado concluíram seus cursos, sendo 1 da área de Ciências Agrárias, 3 da área de Sociais Aplicadas, 1 da área de Linguística, Letras e Artes e 2 da área de Ciências Biológicas. Quanto ao tipo de deficiência dos alunos concluintes, 5 tinham deficiência física, 1 deficiência visual e 1 deficiência auditiva. Os outros 7 alunos de mestrado (50%) estenderam em 1 semestre a finalização do curso, não conseguindo concluir no período de 24 meses, e 1 aluno de

Estudantes com deficiência na pós-graduação: perfil e trajetória acadêmica em uma instituição pública de ensino superior

doutorado prorrogou por mais 2 semestres. Nos registros oriundos do sistema acadêmico não constavam informações sobre a justificativa da ampliação do tempo para defesa de dissertação ou de tese.

Diversos estudos indicam que estudantes de pós-graduação, quando comparados com os da graduação, apresentam maior consciência sobre sua condição de deficiência, melhor condição econômica e mais desenvoltura acadêmica devido ao tempo de experiência no ensino superior. O estudo Olivati e Leite (2017) indica que, na pós-graduação, os alunos conseguem lidar melhor com as adversidades do que na graduação, visto que já aprenderam sobre o funcionamento de uma universidade por terem experienciado as vivências do ensino superior durante a graduação. Contudo, muitos desafios podem se apresentar a esses estudantes, como questões de cunho financeiro, de adaptação ao curso, de acessibilidade, de suporte, de aumento da complexidade das tarefas exigidas na pós-graduação, entre outras. Esses desafios podem, muitas vezes, implicar em um número significativo de alunos que usam mais tempo que o usual ou que não concluem o curso de pós-graduação nos períodos indicados pela CAPES. Esses dados nos indicam a demanda por ações institucionais no sentido de eliminar barreiras, promover a acessibilidade, oferecer suporte e apoiar aos estudantes em suas trajetórias (BRANCO e LEITE, 2016; OLIVATI e LEITE, 2017; LIMA e CABRAL, 2020).

A não conclusão em tempo previsto também pode gerar impacto negativo na avaliação dos cursos pela CAPES. Dessa forma, além da relevância social relativa às ações afirmativas e o acolhimento dos alunos, torna-se fundamental para os demais atores institucionais que essas políticas considerem não somente os diferentes aspectos envolvidos no acesso, mas, também, na permanência dos estudantes.

Nesse processo, destacamos ainda o papel dos orientadores na condução dos estudantes em seus percursos, o que é fundamental para a trajetória na pós-graduação. Embora grande parte das instituições de ensino superior conte com núcleos de inclusão, nos quais há profissionais de apoio à acessibilidade, a relação com os orientadores irá determinar a forma como o suporte acontece, a acolhida ao estudante e as estratégias a serem traçadas para o desenvolvimento de suas pesquisas.

Outro dado identificado neste estudo foi que nenhum aluno com deficiência, no período de 2018/1 a 2020/1, independente da modalidade de ingresso, contou com bolsa dos

órgãos de fomento ou participou de atividades de intercâmbio. O que nos remete a algumas questões: *Esses alunos não se candidataram? Não foram selecionados? Os critérios utilizados para seleção de intercambistas ou bolsistas apresentavam desafios ou barreiras para a participação deste público?*

De acordo com Cury (2020), o Brasil manteve um expressivo número de bolsistas em seus 55 anos de pós-graduação, apesar das muitas alterações políticas que determinaram períodos de maior ou menor concessão e de ampliação ou redução das verbas. Esse fomento tanto tem permitido a dedicação exclusiva ou focalizada nas pesquisas, quanto proporciona aos estudantes a possibilidade de se manterem na universidade, tendo em vista os custos de materiais, livros, congressos, entre outras demandas. O fato de nenhum estudante com deficiência ter contado com bolsa ou participado de atividades de intercâmbio, no período em que realizamos as análises, pode indicar a necessidade de outras pesquisas, ainda mais aprofundadas, para a identificação de possíveis causas.

Por último, identificamos que dois dos alunos concluintes do mestrado deram continuidade aos estudos ingressando no doutorado, no mesmo PPG, um em curso no campo das Ciências Sociais Aplicadas e outro nas Ciências Biológicas. Esses dados podem nos indicar uma trajetória de sucesso para esses estudantes, o que nos remonta a ideia de que as políticas de ações afirmativas e de inclusão podem contribuir para que o ensino superior seja cada vez mais acessível e democrático.

5. Considerações finais

Por meio das análises que realizamos neste estudo, identificamos que os processos de democratização do acesso e o suporte para permanência dos estudantes com deficiência na pós-graduação são múltiplos. Esses aspectos certamente demandam atenção no âmbito das políticas institucionais e das políticas públicas nacionais.

O exame dos dados coletados suscitou muitas questões ainda a serem analisadas em outros estudos, como a participação dos estudantes com deficiência em programas de bolsas, o apoio nos percursos dos alunos, a promoção da acessibilidade, a discussão de especificidades dos alunos com os professores orientadores, o baixo número de ingressantes com deficiência frente ao número de vagas reservadas e as muitas visões dos diversos programas de pós-graduação traduzidas nos editais da instituição. Todos esses aspectos dão conta da complexidade do processo analisado neste estudo.

Estudantes com deficiência na pós-graduação: perfil e trajetória acadêmica em uma instituição pública de ensino superior

Quanto ao perfil dos estudantes ingressantes, ao identificarmos a idade, sexo, cor/raça, estado de moradia, estado civil, curso (mestrado ou doutorado), modalidade de vaga, tipo deficiência e área do conhecimento, podemos pensar, também, nas ações que precisam ser construídas para o suporte a esses alunos. Todos esses dados se configuram como importantes elementos para se pensar sobre as especificidades, a acessibilidade e a construção de estratégias para o apoio à permanência dos pós-graduandos com deficiência.

Em relação à trajetória dos pós-graduandos com deficiência, identificamos por meio deste estudo diversas questões que ainda demandam por atenção institucional, principalmente em relação ao fortalecimento das políticas de ações afirmativas nos programas de pós-graduação para apoio à permanência dos estudantes. O exame dos índices de evasão, permanência, tempo de conclusão dos cursos, acesso a bolsas e realização de intercâmbios nos mostraram que o percurso desses estudantes ainda é bastante desafiador.

Contudo, mesmo ainda havendo desafios e ações a serem desenvolvidas, esta pesquisa apontou para a relevância das políticas de cotas para os estudantes com deficiência nos processos de democratização do acesso à universidade. Desse modo, tendo em vista que ainda são poucos os estudos que se debruçaram sobre esse campo, consideramos importante avançarmos nas discussões, no sentido de explorar mais de perto, no cotidiano dos programas de pós-graduação, aspectos como os que foram identificados neste estudo para o avanço das políticas de inclusão e permanência dos alunos com deficiência.

Referências

BAKER, David. **The Schooled Society: the educational transformation of global culture.** Stanford - CA: Stanford University Press, 2014.

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli; LEITE, Lucia Pereira. Condições de acessibilidade na pós-graduação: um estudo com estudantes de universidade pública. **Psicologia da Educação.** São Paulo, Universidade Estadual Paulista, v. 43, p. 35-45, 2016.

BRASIL. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014.** Brasília: Ministério da Educação, 2015a.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, **Casa Civil**, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: **Casa Civil**, 2015b.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, **Casa Civil** - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2016a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília: **Casa Civil**, 2005a.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 13/2016**. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Pós-Graduação no Brasil: itinerários e desafios. **Movimento Revista de Educação**, v. 7, n. 14, 27 nov. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, p. 07–20, dez. 2005.

FAVERO, Maria De Lourdes De Albuquerque. **Universidade e Poder: análise crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2000.

GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas. **Geocapes, dados estatísticos 2020**. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 19, n. 1, p. 7–17, jun. 2018.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

INEP. **Censo da Educação Superior 2019**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

LIMA, André Henrique de; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Gestão democrática na educação superior para a diferenciação e acessibilidade curricular. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), v. 24, n. esp. 2, p. 1104-1117, set. 2020.

Estudantes com deficiência na pós-graduação: perfil e trajetória acadêmica em uma instituição pública de ensino superior

OLIVATI, Ana Gabriela; LEITE, Lúcia Pereira. Trajetória acadêmica de um pós-graduando com transtorno do espectro autista. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 22, n. 4, p. 609-621, out.dez. 2017.

PETTEN, Adriana Maria Valladão Novais Van; ROCHA, Terezinha Cristina da Costa; BORGES, Adriana Araújo Pereira. Política de cotas na universidade federal de minas gerais: uma análise do perfil dos alunos com deficiência. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 5, n. 1, p. 127-140, 2018.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Meio Século de Pós-Graduação no Brasil: do período heroico ao produtivismo pela mediação de um modelo superior às suas matrizes. **Movimento Revista de Educação**, v. 7, n. 14, 28 nov. 2020.

SILVEIRA, Zuleide S. Apresentação do Dociê Temático: 55 anos de pós-graduação no Brasil. **Movimento Revista de Educação**, v. 7, n. 14, 27 nov. 2020.

Agradecimentos

Ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Minas Gerais, que apoiou este estudo por meio do Programa de Apoio à Inclusão e Promoção à Acessibilidade.

Notas

ⁱ Neste texto, ao utilizarmos a expressão ‘pós-graduação’ estamos nos referindo aos cursos *stricto sensu*, ou seja, cursos de mestrado e de doutorado, não abrangendo, portanto, os cursos *lato sensu* e demais possibilidades formativas.

ⁱⁱ No art. 46 está disposto que “os institutos universitários deverão organizar e facilitar os meios para a realização de pesquisas originais, que aproveitem aptidões e inclinações, não só do corpo docente e discente, como de quaisquer outros pesquisadores (...)” (FAVERO, 2000 p. 177) e no art. 90, a concessão do título de doutor “quando após a conclusão dos cursos normais, técnicos ou científicos, e atendidas outras exigências regulamentares dos respectivos institutos, o candidato defender uma tese de sua autoria” (FAVERO, 2000 p. 188).

ⁱⁱⁱ A Lei anterior previa que as instituições federais de Educação Superior reservassem, no mínimo, 50% de suas vagas em cursos de Graduação para estudantes que frequentaram, integralmente, o Ensino Médio na rede pública e que se declaravam pretos, pardos ou indígenas. Com a nova Lei, além dos cursos de nível superior, a reserva de vagas também passou a valer para os cursos técnicos de nível médio e passaram a ser incluídos, na reserva de vagas, os estudantes com deficiência, dentro da porcentagem destinada aos alunos que se encaixavam no perfil das cotas (PETTEN; ROCHA; BORGES, 2018).

Sobre as autoras

Adriana Maria Valladão Novais Van Petten

Mestre e Doutora em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional da UFMG. Vice-líder do Laboratório de Políticas e Práticas em Educação Especial e Inclusão (LAPPEEI – UFMG), Docente permanente do Curso de Mestrado em Estudos da Ocupação da UFMG. Pesquisas na área de Tecnologia Assistiva (análise, desenvolvimento e influência na funcionalidade e participação em diferentes situações de vida) e Políticas públicas, inclusão e participação. E-mail: avaladao@ufmg.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7979-2319>

Thais Maria de Melo Mendanha

Graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: thaismaria98@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8020-7754>

Terezinha Cristina da Costa Rocha

Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com período sanduíche na Universidade de Lancaster - Inglaterra. Professora da Faculdade de Educação da UFMG, atuando nos cursos de graduação e no Programa de Pós-graduação em Educação: conhecimento e inclusão social. Coordenadora da Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão da UFMG. E-mail: tcrocha@ufmg.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7953-9484>

Recebido em: 30/08/2021

Aceito para publicação em: 17/10/2021